

Um pouco da história do grupo

O Grupo de Intervenção e Pesquisa Clínica: da gestação à primeira infância resultou da parceria entre o Departamento de Psicanálise e o Programa Einstein na Comunidade Paraisópolis (PECP) iniciada em 2012. Em atuação na comunidade desde o ano de 1998, o PECP foi idealizado pelo Departamento de Voluntários do Einstein para ser um Centro de Atenção Primária voltado para a prevenção e promoção de saúde, com programas de atendimentos voltados para a população de mães, bebês e gestantes da comunidade. Recentemente, porém o PECP passou a oferecer assistência médica em subespecialidades pediátricas para a Rede Básica de Campo Limpo e em seu ambulatório recebe crianças de 0 a 14 anos que são encaminhadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da região para o serviço médico e multiprofissional (psicologia, assistência social, assistência materno-infantil, fisioterapia, fonoaudiologia, psicopedagogia, nutrição, terapia ocupacional). Apenas o PAG (Programa de Atenção à Gestante) e o PAB (Programa de Atenção ao Bebê) se mantiveram como grupos de atenção primária, sustentados pelo voluntariado do HIAE.

Do nosso grupo, que se reúne mensalmente no Sedes, algumas pessoas compõe o que chamamos de grupo de apoio e outras realizam os atendimentos de gestantes e mães de bebês no PECP. Praticar a clínica psicanalítica em uma instituição voltada ao atendimento da população de Paraisópolis nos coloca questões que guardam certas especificidades. A começar pelo fato de esta ser uma instituição idealizada e mantida pelo Departamento de Voluntários do Einstein, que segue um modelo de gestão que visa a eficiência de seus serviços, com foco em qualidade e segurança (em 2013 recebeu o certificado internacional de acreditação na área de saúde) e com isso oferece um *plus* em sua organização nem sempre possível em outras instituições. Por outro lado, nesta escolha de modelo de gestão, está implícita a expectativa de resultados que precisam ser transformados em estatísticas favoráveis aos critérios de avaliação destes certificados. Quando iniciamos nosso trabalho no PECP a equipe contratada de psicólogos, embora jovem, nos surpreendeu

positivamente por sua atuação tanto pelo incansável trabalho de equipe como pela preocupação permanente em ajustar e debater entre si e com os outros profissionais os atendimentos realizados e seus impasses. Um trabalho sério e comprometido que, tendo como norte as premissas psicanalíticas, pretendia construir novos e mais promissores caminhos de atuação institucional e seus dispositivos clínicos. Na passagem de 2015 para 2016 mudanças radicais culminaram com a demissão de vários profissionais principalmente das áreas de psicologia, fonoaudiologia e enfermagem que apontavam para um novo modelo de gestão, em que as equipes perdiam grande parte de sua autonomia e presença em programas. Durante o ano de 2014, por exemplo, pudemos participar do grupo de atenção à gestante, uma experiência bastante rica, que nos incentivou a construir balizadores clínicos para gestação, mas que precisou ser interrompida.

No entanto, a instituição oferece recursos importantes para a realização dos atendimentos desta população, tanto no que se refere às equipes multiprofissionais quanto às oficinas e cursos para as mães, assim como alternativas de programas esportivos para as crianças. Seu serviço social auxilia na busca de creches, orienta a população na resolução de diferentes problemas e realiza visitas domiciliares quando necessário. A população local respeita o PECP, sabe que é um lugar em que se oferece um serviço de qualidade e os que ali chegam são os que apostam/desejam melhorar suas vidas e a de seus filhos.

Desde que iniciamos os atendimentos no PECP vimos definindo e redefinindo nosso escopo de trabalho entre nós e junto à equipe de psicólogos contratados, e temos buscado pensar as particularidades da clínica psicanalítica que se pratica com uma população em vulnerabilidade social e situações-limite. Isto significa refletir sobre questões amplas como as relações entre subjetividade/ pobreza ou subjetividade/violência, o lugar social da maternidade, as configurações de conjugalidade e de famílias. Mas também sobre a frequente ausência de cuidados básicos enfrentados com arranjos muitas vezes precários tanto físicos quanto psíquicos (embora às vezes criativos) ou sobre os relatos de histórias de abandono, maus-tratos e indiferença. Todo este cenário nos impõe permanentemente uma cuidadosa análise desta realidade, despidos de preconceitos, o que para muitos de nós significa fazer um

longo trabalho de luto das idealizações que cercam não só a maternidade e a gestação, mas toda a diversidade dos arranjos de vida, para que possamos alcançar a escuta necessária para acompanhá-las.

Estamos, portanto diante de um trabalho delicado, que ao mesmo tempo exige um comprometimento com itens fundamentais como ajudar a conquistar a autonomia e a responsabilidade na condução da própria vida, visando um tornar-se agente da própria história. Para isso tem sido fundamental a compreensão do espaço urbano da periferia, das possíveis relações entre os sujeitos e a comunidade, com as escolas e a cultura local, com as ofertas de trabalho, ou seja, com seus recursos e obstáculos. Nossa intervenção vai muito além do modelo individualizado, ao fazer a palavra circular em conjunto, ao lado da criação de estratégias e alternativas possíveis que viabilizem saídas ao desamparo ou à violência. Convite permanente para o abandono da lógica racional e a abertura de um espaço para uma terceira via, que preenchida por fantasias, sonhos, romances e tudo o que nos faz suportar melhor a perda das ilusões de perfeição e os infortúnios da vida, nos permita conviver com a dureza de nos saber imperfeitos, sem respostas certas para viver, e com muitos limites e insuficiências.

Um pouco da história da comunidade

Em 2012, ano em que iniciamos nossos atendimentos na comunidade de Paraisópolis, tivemos a oportunidade de visitar, no Sesc Pompeia, a mostra Paraisópolis, Uma Cidade Dentro da Outra, um trabalho denso e tocante da fotógrafa Renata Castello Branco, que durante dois anos, com a ajuda do guia Negro San - morador desta comunidade - “mergulhou” em pelo menos 400 casas cujos moradores aceitaram seu convite, e produziu 95 registros fotográficos do interior destas casas, além de imagens e vídeos com depoimentos sobre suas vidas. Na ocasião tivemos o privilégio de conversar com a artista que, ainda sob o impacto deste trabalho, contou-nos como este a fizera construir um novo olhar sobre a vida destes moradores, sua particular e tão colorida estética com as combinações de objetos, a organização de seus espaços muitas vezes mínimos, quase sempre a ostentar enormes televisões de plasma ou sofisticados equipamentos de som. Cada casa um universo e uma história,

com seus caprichos, ideais e valores, que acabam compondo uma narrativa sobre a comunidade.

A favela de Paraisópolis, a segunda maior de São Paulo existe desde 1921 com a instalação de famílias em um terreno particular que daria lugar a um loteamento para casas de classe alta, mas foi a partir de 1947, com as obras do Estádio do Morumbi e do Hospital Israelita Albert Einstein, que um grande número de trabalhadores, nordestinos em sua maioria, passaram a ocupar os lotes vazios do lugar, construindo seus barracos e dando vida ao que hoje é considerado um bairro. Dividido em cinco regiões - Centro, Antonico, Brejo, Grotão e Grotinho – enquanto o Centro é urbanizado e asfaltado, nas regiões mais pobres como o Brejo, o Grotão e o Grotinho predominam as vielas estreitas e os barracos de madeira, às vezes de papelão, muitos construídos encima do esgoto.

“Vizinha de porta” do Morumbi, Paraisópolis que hoje possui quase 90 mil habitantes, sempre esteve rodeada de condomínios luxuosos, o que de certa maneira contribuiu para que os moradores da comunidade tivessem oportunidades de empregos, ao oferecer serviços de babás, empregadas domésticas, motoristas, seguranças, jardineiros, etc. No pacote das particularidades desta comunidade existem ainda 45 projetos sociais entre associações, ONGs e instituições filantrópicas. Além do PECP, a ONG Meninos do Morumbi, um curso preparatório para vestibulares da Universidade Mackenzie, um Espaço Esportivo e Cultural Bovespa, uma Escola da Comunidade mantida pelo Colégio Porto Seguro, entre outros com áreas de atuação em saúde, educação, cultura, esporte e serviços assistenciais como doação de enxovais e entrega de alimentos. Uma favela atípica seja por ser a única de São Paulo instalada em uma área que não pertence ao poder público ou a um pequeno número de proprietários, ou ainda por possuir desde 1988 uma importante União de Moradores com eleições para presidente a cada dois anos, que funciona como uma prefeitura local e foi responsável pela criação em 1994 do Fórum Multientidades que realiza uma reunião mensal com representantes de todas as organizações sociais do bairro com o objetivo de estabelecer uma comunicação entre estas, seus serviços e a população. Em 2009, com um projeto do arquiteto Franklin Lee para uma nova sede (ainda não realizado), idealizado em conjunto com a população da comunidade, a União dos

Moradores ficou entre os 12 finalistas do *Deutsche Bank Urban Age Award*, prêmio que seleciona projetos que beneficiam comunidades e sua população local, com o objetivo de aprimorar seus ambientes urbanos. Existe ainda, desde 2013 um roteiro oficial chamado “Paraisópolis das Artes” que leva as pessoas a um passeio pelos principais pontos de referência locais, um contato com a cultura do bairro, destacando artistas e lugares que contribuem para o que eles chamam de Nova Paraisópolis. Com duração de 3 horas, é possível visitar a Oficina do Berbela, artista que constrói obras de arte a partir de sucatas e ferros descartáveis, a Casa de Pedra do escultor Estevão, conhecido como o Gaudí brasileiro, o Ballet e a Orquestra local e o incrível mural da bailarina de Eduardo Kobra, a Rádio Comunitária e o campo de futebol do projeto Craques do Amanhã. Sabemos ainda que em 2015, Paraisópolis foi alçada a um inédito protagonismo quando a rede Globo colocou no ar a novela *I love Paraisópolis*. Uma verdadeira cidade, cheia de contrastes, mas também cheia de vida. Tem sido através destas inúmeras possibilidades de se olhar Paraisópolis, que nossa equipe constrói continuamente uma história do lugar pela escuta das histórias das vidas das pessoas com as quais cruzamos em nosso trabalho, e que em geral nos surpreende seja pelo impacto das faltas, seja pelo colorido e força do pulsar da vida. Um encontro que nos faz confrontar com nossa individualidade por nos forçar a fazer uma passagem de um mundo ordenado conforme certa lógica, para um diferente, com sua lógica particular. Pensamos ser neste espaço “indeterminado” que podemos experienciar novas formas de intersubjetividade.

O fazer político

São inúmeros os psicanalistas, brasileiros inclusive, muitos de nossa comunidade Sedes, que não se furtam em articular psicanálise e política ao refletirem permanentemente sobre o mundo “interno” articulando-o ao que acontece em torno de si e do resto do mundo. Se chamarmos de política toda a ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade, o psicanalista tem como função *princeps* a de agente de transformação social, e a clínica psicanalítica pode ser considerada um modo de ação e relação que pretende transformar a condição das pessoas. Podemos destacar pelo menos dois vetores que

fazem da clínica uma prática política: o seu compromisso com o desejo, uma vez que este é sempre um espaço social e político a conquistar, e o fato de que a clínica psicanalítica visa mudanças. Além disso, um tratamento não pode ser realizado de modo desinteressado ou neutro, e ao escutar o sofrimento de alguém não visamos somente suas dores, mas principalmente as estratégias de existência associadas a essas dores, os jogos de poder e as regras que os sustentam. Associar a prática clínica com a prática política significa dizer que ela é necessariamente comprometida.

A equipe Sedes, junto à equipe multidisciplinar que realiza os atendimentos na comunidade Paraisópolis, busca escutar os sujeitos e os modos como são afetados, mas também elucidar o discurso e as práticas sociais para problematizar os modos como estes afetam a subjetividade. Na prática isto significa conhecer o espaço urbano e compreendê-lo nas relações sociais e familiares que o permeiam assim como pensar as situações críticas mais recorrentes em que os sujeitos ficam expostos e criar dispositivos para trabalhá-las.

Como nestes espaços é mais frequente a ausência de redes sociais e familiares, que às vezes nem chegam a ser construídas ou sofrem pelo excesso de violência e/ou desamparo, as alternativas de entrada para o mundo do tráfico e do crime ou para as inúmeras opções de igrejas evangélicas acabam se tornando comuns. Além disso, a ausência do trabalho formal associado à penetração do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas criam uma porosidade entre o mundo formal e informal, entre o lícito e o ilícito.

Uma breve pesquisa em trabalhos publicados sobre atendimento institucional ou com populações em situação de risco, realizados por psicanalistas em conjunto com profissionais de outras áreas, nos mostra que nas últimas décadas tal prática não só aumentou como foi responsável pela preocupação em construir dispositivos clínicos pautados pela escuta do inconsciente que se configurem em uma contribuição da psicanálise às situações sociais críticas. Podemos afirmar que este tem sido nosso norte.

Em nossos atendimentos somos confrontados frequentemente com fatores como a vulnerabilidade social, a dificuldade econômica, a falta de alternativa, a delinquência,

as drogas, o risco de morte, o que nos leva a refletir sobre as possibilidades e limites da escuta analítica, diante deste cenário de violência e precariedade.

Por isso ao lermos alguns trabalhos publicados, identificamos em nossa clínica esta preocupação em construir um projeto terapêutico para cada atendimento, fosse ele um atendimento individual ou familiar, a partir de certas “âncoras” destes sujeitos com a vida, mas principalmente na possibilidade de auxiliá-los a se apropriar de seus recursos, ainda que parcos ou frágeis, viabilizando sua inserção e visibilidade social ao encontrar saídas novas de como construir uma vida verdadeiramente autônoma. Um trabalho coletivo e compartilhado em que o inédito pode ser bem-vindo no modo como cada profissional encontra alternativas de percurso ou meios de ajudar os sujeitos a criarem soluções próprias.

Estamos falando de pequenas conquistas, como poder se reconhecer como uma mãe cuidadosa que pode oferecer novos horizontes/perspectivas para o filho por vir ou para aqueles que já existem, como alguém que possui uma inteligência acima da média e pode por isso fazer o curso técnico de contabilidade desejado, escolher um trabalho ou um curso que sempre fez parte de seus sonhos, se “separar” de seu passado violento ou de sua família de origem, quando esta é promotora de crueldades ou pertence ao mundo do crime, enfim de contribuir para que cada um possa cuidar de sua própria vida e buscar um futuro para si. Nesse sentido sabemos que quando se abre um espaço de escuta para o sujeito é possível para ele falar das dores do seu viver, passo importante para a promoção de novas significações.

O trabalho com populações que vivem mais próximas da precariedade, da violência e do desamparo nos convoca a encarar a vida destas pessoas ou de suas famílias sem julgamentos morais ou normativos o que exige que enterremos muitas das idealizações que construímos em torno de uma vida considerada normal. Fica claro também que para ajudarmos a alguém a se emancipar e ganhar autonomia, é de suma importância discriminar o que deve ser incentivado, o que precisa de parâmetros e limites claros e o que necessita ser vetado. Para nós isto seria um fazer político, uma tarefa civilizatória, humanizadora e amorosa que exige menos competências intelectuais e mais conhecimento sobre si, sobre o outro, sobre o sentido/valor da vida de cada um, sobre a importância de se deixar afetar e de suportar /respeitar o

estranho ou desconhecido. Algo que permita uma abertura ao negativo para escutar as dores que não podem ser sofridas, ou suportar o que não consegue ser dito, apenas atuado, e a intolerância/estranhamento a este excesso. Um processo que torne possível que estas pessoas passem a enunciar uma leitura própria de si mesmo e conquistem um lugar no mundo, ao invés do silenciamento que as mantém excluída.

Neste sentido quando o trabalho em instituição permite a constituição de projetos que possam ter a medida das possibilidades de cada um, projetos estes que visem possibilitar uma ampliação das chances de uma vida mais autônoma e integrada socialmente, este trabalho, de certa forma, assegura e/ou ajuda a estruturar a continuidade do social. Seus atores (equipe multidisciplinar e pacientes) ajudam a construir uma rede ao mesmo tempo subjetiva e social em um espaço de construção coletiva em que possam ser discutidos os impasses vivenciados, os limites do trabalho, o esgotamento dos recursos disponíveis, bem como as experiências de potência e os avanços realizados.

Referências Bibliográficas

Anuário A Rede de Inclusão Digital 2010/2011-
http://www.revista.aredo.inf.br/site/images/anuario2011/Anuario_ARede_2011.pdf

BROIDE, J. & BROIDE, E. *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*, São Paulo: Editora Escuta, 2005

CASTRO, L.O. *Uma análise dos sentidos da não-participação para os moradores de uma favela em São Paulo nos serviços prestados por organizações do terceiro setor*. Tese de mestrado em Psicologia Social PUC-SP 2009

GONDAR, J. A clínica como prática política. *Lugar Comum No19*, pp. 125-134

Sobre a implantação do PECP - <https://www.einstein.br/responsabilidade-social/voluntariado>

* Este texto foi construído com a colaboração dos membros do Grupo de Intervenção e Pesquisa Clínica: da gestação à primeira infância: Anna Maria Alcântara do Amaral, Anna Mehoudar (coordenadora), Daniela de Andrade Athuil Galvão de Sousa, Eva Wongtschowski, Gisele Senne de Moraes, Lucia Helena Navarro, Mira Wajntal, Rubia Zecchin e Yone Maria Rafaeli



Gisela Haddad é membro do Departamento de Psicanálise, integrante do Grupo de Intervenção e Pesquisa Clínica: da gestação à primeira infância, do Grupo Generidades, da Revista Percurso e do Blog do Departamento. É mestre em Psicologia Clínica e autora do livro Amor e Fidelidade, Coleção Clínica Psicanalítica da Casa do Psicólogo (2009).

